

CRESCER NA CRECHE: QUALIDADE E AVALIAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Ana Mendes¹

Bruno Antão

Carla Martins

Catarina Matias

Valentina Aversa

Susana Oliveira e Sá²

Dulce Noronha-Sousa³

Resumo

Este estudo é norteado pela questão de investigação: como construir uma grelha de avaliação prática, para o educador utilizar diariamente, validada na fase inicial do trabalho referente ao Mestrado em Creche. Faz o enquadramento da creche em Portugal, abordando as questões da qualidade e da avaliação. Apresenta como principal objetivo a importância do papel da observação na prática pedagógica do educador. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa científica sobre os indicadores de qualidade, a avaliação, e a análise de três grelhas de uma instituição. Conclui-se que a observação é um suporte fundamental da avaliação na creche, sendo essencial um registo escrito claro, compreensivo, sistemático e fácil de colocar em prática.

Palavras-chave: Creche; Áreas de conteúdo; Qualidade; Avaliação.

¹ Alunos do Mestrado em Creche do Instituto de Estudos Superiores de Fafe (IESF)

² CIDI-IESF – Instituto de Estudos Superiores de Fafe, ESEF, Portugal

³ CIDI-IESF - Instituto de Estudos Superiores de Fafe, ESEF, Portugal; Coordenadora do Mestrado em Creche do IESF

Introdução

Este artigo pretende dar a conhecer técnicas e aplicações que, de alguma forma, auxiliam a melhorar o trabalho do educador num contexto de creche, aquando do processo de avaliação. Pretende enaltecer as aprendizagens e competências adquiridas pela criança, facultando igualmente elementos úteis na deteção e despistagem de eventuais problemas do desenvolvimento.

O objetivo principal deste artigo consiste em construir uma grelha de avaliação de diagnóstico que seja mais prática e funcional, de modo a simplificar o trabalho do educador de creche no seu dia-a-dia.

Com a ajuda de três grelhas já existentes de uma instituição, reformulámos e elaborámos a nossa grelha, que por estar ainda numa fase muito inicial, poderá ser alterada, de forma a fazer os ajustes necessários, para ir ao encontro do nosso objetivo. Cada grelha refere determinadas faixas etárias das crianças que compõem a creche. A grelha está dividida por Áreas de Conteúdo previstas nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), sendo elas a Área da Formação Pessoal e Social, a Área de Expressão e Comunicação e a Área do Conhecimento do Mundo (OCEPE, 2016).

Com este instrumento de avaliação, a partilha de informação entre todos os intervenientes que constem no processo, nomeadamente as crianças, os pais e a equipa pedagógica ficará mais facilitada.

A avaliação baseada numa observação contínua e cuidadosa, fornece ao educador, informações úteis que lhe permitam promover experiências de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, indo ao encontro dos seus interesses e das suas necessidades (Carvalho & Portugal, 2017). Além disso, a avaliação permite ao profissional da educação refletir e, por conseguinte, otimizar a sua prática pedagógica, agindo com intencionalidade educativa mais cuidada e concisa.

Num primeiro momento o artigo refere a importância da qualidade e da avaliação em creche, fazendo um paralelo entre as duas temáticas. Posteriormente são apresentadas as grelhas e toda a sua nomenclatura, com a explicação das mesmas, a indicação das respetivas alterações às originais e finalizando com uma breve explicação da SGS II- Schedule of Growing Skills II, designada em português por Escala de Avaliação das Competências no Desenvolvimento Infantil, à qual se deverá recorrer em caso de incerteza, a fim de corroborar os resultados obtidos.

Este estudo tem como ponto de partida a questão de investigação: Como construir uma grelha de avaliação, prática e funcional, para o educador utilizar no dia-a-dia?

A Creche em Portugal: Qualidade e Avaliação

Os primeiros anos de vida de um indivíduo são fundamentais para o desenvolvimento, uma vez que, focado na ludicidade, as aprendizagens que se adquirem revelam-se deveras significativas. Tais experiências são essenciais na potencialização de habilidades e competências que mais tarde serão capitais às próximas etapas no desenvolvimento da criança.

Desrespeitar nesta idade o que é inato à criança, e dever da equipa educativa, resultará num “roubar” de oportunidades, que serão preponderantes à criança, e, por conseguinte, impactar negativamente no seu desenvolvimento.

Por tudo isto, a creche tem vindo a assumir um papel, cada vez mais, bastante relevante. A nível internacional, a Educação na primeira Infância tem sido objeto de estudo, onde se procura demonstrar os efeitos positivos a curto, médio e longo prazo.

Estudos como o PISA (Programme for International Student Assessment, 2000), sustentam que, as crianças que frequentam a valência de creche, apresentam melhor desenvolvimento e por conseguinte melhor desempenho académico.

Reconhecendo a importância da aprendizagem e do desenvolvimento nos primeiros anos de vida como base de todas as aprendizagens posteriores (João Costa, *Preâmbulo*, in Ministério da Educação, 2016), a creche e pode ser vista como um espaço fundamental para a valorização da competência da criança (Carvalho & Portugal, 2017, p. 5).

Assim, é necessário ter como principal prioridade “a adoção de abordagens pedagógicas respeitadoras da individualidade da criança, e sensíveis à sua inserção em sistemas complexos e inter-relacionados, criando contextos de educação e cuidados de elevada qualidade” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 6).

Esta qualidade diz respeito não só aos valores e propósitos absolutos, mas, também, ao contexto onde existe a perspetiva do educador e a da criança “numa reflexão contínua e integrada no quotidiano” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 6).

Nos dias de hoje sabe-se que os três primeiros anos de vida são pautados por um grande desenvolvimento e aprendizagem e, por este motivo, profissionais que compreendem a forma como as aprendizagens se processam no cérebro das crianças que se encontram nestas faixas etárias, estão mais conscientes nas abordagens a ter com as mesmas, melhorando, assim, a qualidade das estratégias a adotar com cada uma delas.

Infelizmente e tendo em conta o relatório PISA do ano 2000 da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), sabe-se que o trabalho realizado com

crianças destas idades não é uma prioridade “em virtude dos valores culturais fortemente enraizados, impedindo assim o seu crescimento” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 11).

Em Portugal existem vários tipos de resposta para as crianças dos 0 aos 3 anos, contudo a creche é a resposta que as famílias mais procuram, pretendendo esta ir ao encontro das suas necessidades, especialmente quando os pais estão a trabalhar.

Segundo a Portaria nº 262/2011, de 31 de agosto, a creche tem como objetivos:

facilitar ao agregado familiar a articulação da sua vida familiar e profissional, colaborando com a família na partilha de cuidados e responsabilidades; assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança; prevenir e dispersar inadaptações, deficiências ou situações de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado; proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva e promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade (Carvalho & Portugal, 2017, p. 12).

Continuando a ter como referência a Portaria nº 262/2011, de 31 de agosto, a creche para além do atrás referido, deve apresentar os seguintes procedimentos e serviços:

- Cuidados adequados às necessidades da criança;
- Nutrição e alimentação adequadas;
- Cuidados de higiene pessoal;
- Atendimento individualizado;
- Atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade;
- Registos sobre o desenvolvimento da criança;
- Informação sobre o funcionamento da creche.

A palavra "qualidade" tem um conceito subjetivo, e está relacionada com as perceções, necessidades e resultados em cada indivíduo. Existem diversos fatores que influenciam de forma direta a perceção da qualidade, tais como a cultura, os modelos mentais, o tipo de produto ou serviços prestados, as necessidades e expectativas.

Por ser um termo complexo, tem sido alvo de vários debates na área da educação, onde se pretende alcançar uma certa concordância na mesma, de forma a que as expectativas sejam atendidas de forma mais ampla.

Muitos autores são apologistas de que o processo de avaliação da qualidade deve respeitar o critério de validade ecológica de Bronfenbrenner⁴. A importância a nível pedagógico e cultural da

⁴ “Uma perspetiva ecológica envolve olhar para a criança como parte de diversos sistemas, que influencia e pelos quais é influenciada. Trata-se de ter em conta as relações mútuas e progressivas que a criança

prática do educador deve ser definida e redefinida por este profissional tendo em conta o Projeto Educativo do Estabelecimento em que está inserido, num processo dinâmico em que se interpreta a si próprio, ao grupo de crianças, aos vários parceiros educativos e à comunidade onde está inserido e que estão em constante reconstrução.

Existem definições de qualidade, que se dividem em duas vertentes: a qualidade estrutural e a qualidade processual. A primeira contém variáveis que podem estar sujeitas a regulamentação, nomeadamente o tamanho do grupo, a proporção entre o número de crianças e profissionais e a formação destes últimos, entre outros. A segunda abarca a existência ou não de atividades que promovam o desenvolvimento, a afetividade e a interação nos cuidados primários e pedagógicos... (Barros, 2007; Cadima, Aguiar, & Barata, 2014; Cryer, 1999; Howes & Hamilton, 2002; Manning, Garvis, Fleming, & Wong, 2015; OCDE, 2012; Rentzou, 2015).

A qualidade nos cuidados e na educação pode ser vista de diferentes formas, consoante quem está a avaliar. Para a maioria dos pais, por exemplo, está ligada ao contexto educativo e à forma como o educador desenvolve o seu trabalho.

Entre os resultados e os contextos encontram-se os processos “que tendem a ser mais valorizados pelos educadores, que vivem e trabalham diariamente com as crianças no contexto educativo” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 20).

Segundo a Circular nº4/ DGIDC/DSDC/2011 “a avaliação em educação é um elemento integrante regulador da prática educativa, em cada nível de educação e ensino e implica princípios e procedimentos adequados às suas especificidades”.

Tendo em conta esta Circular, a avaliação deve ser formativa, processual, contínua e interpretativa procurando valorizar sempre a criança como um aprendiz ativo (Carvalho & Portugal, 2017).

A avaliação é, assim, um “suporte para a tomada de decisão e promoção da qualidade, estabelecendo a ligação entre avaliação e reflexão” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 21). Sendo o educador o gestor do currículo, mostra a importância da avaliação, uma vez que, é através dela que este profissional vai delinear os passos a seguir.

Na Educação de Infância a avaliação é formativa, isto é, “é um processo dinâmico em que o educador procura os meios de facilitar a aprendizagem da criança, em vez de verificar as suas capacidades num determinado momento” (Lopes da Silva, 2013 p. 161, citado por Carvalho & Portugal, 2017, p. 21).

estabelece com os seus contextos (tanto próximos como mais distantes), nomeadamente, a família, a creche e a comunidade” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 19).

Embora, na prática não seja bem assim, na Educação de Infância, a avaliação tem como base a observação do comportamento da criança sendo, assim, um apoio para regular e aperfeiçoar o trabalho desenvolvido pelo educador.

A observação tem um papel muito importante, uma vez que permite ao educador:

- Recolher informação sobre os progressos da criança;
- Documentar o que observa;
- Planear o que realizar futuramente, para que exista evolução ao nível das aprendizagens.

Mais importante ainda, são as observações contínuas, uma vez que fundamentam e “permitem avaliar e tomar decisões sobre a melhor forma de responder às necessidades das crianças, com base nos seus progressos e nos objetivos do currículo” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 22).

A avaliação deve ser realizada no ambiente o mais natural possível da criança, por adultos que lhe sejam familiares e deve ter a colaboração da família. Só desta forma a avaliação será mais autêntica.

A realidade é que, a avaliação de crianças pequenas, deve ser dirigida para o desenvolvimento de aprendizagens e não para a atribuição de classificações, ou comparação entre crianças. A comparação que deve existir é a da criança consigo própria e de forma contínua para que, assim, se atente a sua evolução.

A avaliação pode ser realizada de diferentes formas e ter diferentes durações, mas, por norma, é composta por quatro ações que funcionam num ciclo contínuo e são elas:

a recolha de informação (sendo a observação/escuta ativa o método privilegiado), a documentação e o registo, a reflexão e a utilização ou ação. A avaliação é encarada como um elemento indissociável do processo educativo, que possibilita a definição de critérios para o planeamento de atividades e a criação de situações que propiciem a aprendizagem das crianças e o seu desenvolvimento em todas as áreas (Carvalho & Portugal, 2017, p. 23).

A avaliação permite a reflexão sobre a prática educativa. A observação, reflexão e registo permitem que o educador tome decisões mais coerentes, criando uma relação próxima com as crianças e as suas famílias.

Importa referir que, tal como no restante trabalho, também na avaliação é muito importante o trabalho em equipa, nomeadamente entre o educador e o auxiliar de ação educativa, “alicerçado na partilha e na discussão, constitui também uma importante fonte de aperfeiçoamento e de desenvolvimento profissional” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 23).

“O processo de avaliação pode ser conduzido de diferentes formas, consoante as preferências e prioridades do educador, as necessidades das crianças e a filosofia da instituição” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 27).

Pode-se começar por observar o grupo, adotando indicadores processuais de qualidade como o envolvimento e o bem-estar, que permitam avaliar a qualidade das interações do grupo com o contexto. O envolvimento manifesta-se com sinais como o interesse, a concentração, o entusiasmo (entre outros), e deriva da interação entre a criança e o contexto, “sendo por isso um indicador de qualidade do contexto educativo (não da criança!)” (Portugal & Laevers, 2018, p. 25, citado por Carvalho & Portugal, 2017).

Segundo Portugal e Leavers (2018) e Santos e Portugal (2002, citado por Carvalho & Portugal, 2017), o bem-estar, por sua vez,

é marcado por uma grande vitalidade, tranquilidade, autoconfiança e autoestima. Sem bem-estar, é pouco provável que haja implicação, uma vez que a criança não tem as suas necessidades básicas satisfeitas, não estando disponível para se entregar por completo a uma atividade ou estímulo (p. 28).

Segundo Carvalho e Portugal (2017), existem alguns fatores que o educador deverá analisar detalhadamente para poder melhorar, através da sua prática pedagógica, a qualidade do contexto educativo. São eles:

- Presença de adultos carinhosos, empáticos e atentos, que respondam à necessidade de conforto e segurança das crianças, estimulando-as adequadamente e promovendo a sua autonomia;
- Organização do espaço que favoreça a iniciativa da criança, permitindo-lhe escolher as atividades que quer realizar;
- Oferta de materiais e atividades que vão ao encontro dos interesses e das necessidades das crianças;
- Trabalho colaborativo entre os vários elementos da equipa educativa;
- Organização da rotina diária flexível, tendo em conta o respeito pelos ritmos da criança e do seu bem-estar.

É aconselhável observar o envolvimento e o bem-estar das crianças três ou quatro vezes por ano, podendo-se aumentar a sua frequência, em caso de necessidade (Carvalho & Portugal, 2017).

Além da avaliação do grupo e do contexto, o educador deve também observar/avaliar individualmente e diariamente cada criança, para verificar se está a responder às suas necessidades, e monitorizar o seu desenvolvimento e aprendizagens, proporcionando, assim,

experiências mais enriquecedoras. A avaliação individual deve consistir numa descrição narrativa e o quanto mais objetiva possível do comportamento e dos progressos da criança. Esta dará um contributo relevante no processo de recolha de dados, devendo o educador observar atentamente a sua comunicação verbal e não verbal, dando-lhe, por exemplo, a possibilidade de expressar as suas preferências relativamente às atividades que mais gosta de fazer e às que gostaria de fazer (Carvalho & Portugal, 2017).

A família também deve ser envolvida “não só com o objetivo de partilhar informação, mas também para definir o seu papel na implementação de medidas concretas” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 31). De facto, “é importante que o educador compare entre si os vários momentos da avaliação e que verifique o grau de sucesso na implementação das medidas propostas na avaliação anterior (tanto para o grupo, como individualmente)” (Carvalho & Portugal, 2017, p. 31).

No final do processo, o educador deve partilhar com as famílias e as crianças os resultados das avaliações, numa perspetiva de diálogo e colaboração entre os interlocutores, acolhendo eventuais ideias e críticas construtivas das famílias que possam melhorar a qualidade da oferta educativa.

Apresentação e Discussão de Resultados

O Resultado que apresentamos refere-se a três grelhas divididas por três faixas etárias: até aos 12 meses; dos 12 aos 24 meses e dos 24 aos 36 meses. Os comportamentos observáveis encontram-se divididos pelas Áreas de Conteúdo previstas nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), sendo elas a Área da Formação Pessoal e Social, a Área de Expressão e Comunicação e a Área do Conhecimento do Mundo.

As Áreas de Conteúdo são referências a ter em conta no processo de observação, planeamento e avaliação ao longo do desenvolvimento da criança.

A Área da Formação Pessoal e Social refere-se ao desenvolvimento da criança como ser social. Através das aprendizagens promovidas nesta área, a criança adquire regras de comportamento, de modo a que possa funcionar em sociedade, regulando a forma como se relaciona consigo própria, com os outros e com o mundo.

A Área de Expressão e Comunicação diz respeito ao desenvolvimento psicomotor e simbólico que determina a compreensão e o progressivo domínio de diferentes formas de linguagem. Esta é a única área que distingue vários domínios intimamente relacionados, por facilitarem a aquisição e a aprendizagem de códigos.

A última Área é a do Conhecimento do Mundo, cuja grande finalidade é, além da aquisição de conhecimentos, a estimulação da curiosidade e do desejo de saber e aprender, através de

observação, experiências, contacto com objetos, materiais e equipamentos de modo a promover uma melhor compreensão do mundo físico, social e tecnológico que rodeia a criança.

As grelhas originais foram alteradas tendo em conta os seguintes critérios:

- Foram selecionados só os comportamentos observáveis que os autores acharam relevantes para o desenvolvimento adequado da criança na respetiva faixa etária em que se encontra no momento da observação;
- A descrição dos comportamentos foi simplificada o máximo possível, procedendo-se, em alguns casos, à sua alteração (ex. “brinca com outras crianças” na faixa etária dos 12 aos 24 meses, foi alterado por “interage com outras crianças”, porque se considerou mais pertinente);
- Quando o mesmo comportamento observável, encontrava-se repetido em faixas etárias diferentes, este foi inserido só na faixa etária em que se considerava realmente importante que fosse adquirido (ex. “reconhece-se numa fotografia”, comportamento observável na faixa etária dos 12 aos 24 meses; “reconhece-se em frente ao espelho ou numa fotografia, invocando o seu nome” comportamento observável na faixa etária dos 24 aos 36 meses);
- Juntaram-se, quando oportuno, dois ou três comportamentos num só (ex. lava e seca as mãos com ajuda do adulto), acrescentando no lado direito da grelha, em que o prestador de cuidados deve indicar se os comportamentos foram adquiridos, duas ou três barras verticais, para poder apontar se todos eles foram adquiridos ou não.

Fig. 1: Exemplo da grelha de avaliação final. Fonte: autores

COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS			Adquirido √
Formação Pessoal e Social	Até 12 meses	Exterioriza reações distintas a familiares e estranhos	
		Expressa claramente sentimentos através de diferentes tipos de choro	
		Mantém contacto visual com o seu prestador de cuidados	
		Quando está a ser alimentada dá sinal de quando se sente satisfeita	
	12 – 24 meses	Identifica com gestos, partes do corpo	
		Reage quando dizem o seu nome	
		Bebe água por um copo sem ajuda	
		Lava e seca as mãos com ajuda do adulto	
		Quando magoa outra criança, desculpa-se com gesto afável, a pedido do seu prestador de cuidados	
		Interage com outras crianças	
	24-36 meses	Reconhece-se em frente ao espelho, ou numa fotografia, invocando o seu nome	
		Demonstra preferência na escolha dos brinquedos	
		Distingue se é menino ou menina	
		Indica a sua idade com os dedos	
		Participa ativamente nas conversas, tarefas e jogos	
Revela controle dos esfíncteres			
Come sozinha			
Brinca/partilha brinquedos com as outras crianças			
Diz “por favor”, “obrigada” e “desculpa” quando é lembrada.			
Ajuda a arrumar			
Sabe esperar pela sua vez			

Fonte: Autores

Na grelha final os comportamentos observáveis apresentados são os expectáveis para as faixas etárias definidas. Contudo, no caso de dúvida, poder-se-á recorrer à SGS II- Schedule of Growing Skills II, que em português, se designa por Escala de Avaliação das Competências no Desenvolvimento Infantil. Esta escala permite fazer um despiste rápido e eficaz do grau de desenvolvimento da criança e “reúne os critérios científicos de validade e fidelidade de um verdadeiro teste e pode vir a contribuir de uma forma muito eficaz para a vigilância de saúde infantil das crianças em Portugal” (Rocha, 2004 in Escala de Avaliação das Competências no Desenvolvimento Infantil II).

Considerações Finais

Tendo em conta a nossa pesquisa, podemos concluir que as grelhas/escalas de avaliação devem ser um indicador, isto é, a criança não deve ficar resumida aquela avaliação, uma vez que está em constante evolução.

Ao realizar uma avaliação deve-se ter em conta algumas variáveis, nomeadamente o comportamento da criança durante a avaliação, o local onde essa avaliação é feita, entre outros.

Por fim, a avaliação deve ser repetida após algum tempo para se ter a confirmação dos resultados.

Referências Bibliográficas

- Barros, S. (2007). *Qualidade em contexto de creche: ideias e práticas*. (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto. Obtido em <http://hdl.handle.net/10216/19498>.
- Bellman, M., Lingam, S., & Aukett, A. (1996). *Escala de Avaliação das Competências no Desenvolvimento Infantil II*. Cegoc.
- Cadima, J., Aguiar, C. & Barata, M. C. (2014) Projeto CARE: desafios de uma avaliação relevante e culturalmente sensível dos contextos educativos a nível europeu. *Interações*, 32, 54-67.
- Carvalho, C., & Portugal, G. (2017). *Avaliação em Creche – CRECHendo com qualidade*. Porto Editora.
- Cryer, D. (1999). Defining and assessing early childhood program quality. *The ANNALS of the American Academy of Political and SOCIAL Science*, 563, 39-55. <http://doi.org/10.1177/000271629956300103>.
- DEB/OCDE (2000). *A Educação pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica
- Howes, C., & Hamilton, C. (2002). Modelos de atendimento para as crianças mais novas. In B. Spodek (Ed.), *Manual de Investigação em educação de infância* (pp. 725-760). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Manning, M., Garvis, S., Fleming, C., & Wong, G. (2015). Registration for a systematic review: teacher qualifications and their impact on the quality of the early childhood learning environment: a systematic review. *The Campbell Library*. Obtido de <http://campbellcollaboration.org/lib/project/313/>.
- OCDE (2000). *PISA - Programme for International Student Assessment*. Ministério da Educação/ Gabinete de Avaliação Educacional.
- OCDE (2012). *Starting strong III – a quality toolbox for early childhood education and care*. Paris: OCDE.
- Rentzou, K. (2015). Reflections on the quality of the dichotomous early childhood education and care system in Greece. *Childhood Education*, 91 (4), 250-258. <http://doi.org/10.1080/00094056.2015.1069153>.
- Silva, I., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Ministério da Educação/ Direção Geral de Educação.

Legislação

Circular n.º4/ DGIDC/DSDC/2011, de 11 de abril (2011). *Avaliação na Educação Pré-Escolar*.

Ministério da Educação. DGIDC.

Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto (2011). Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento da creche. Em *Diário da República n.º 167-Serie I*.

GROWING UP IN THE NURSERY SCHOOL: QUALITY AND EVALUATION IN EARLY CHILDHOOD

Abstract

This article is aimed at answering the following research question: how to build a practical evaluation grid for the teacher to use daily. It contextualizes nursery school's reality in Portugal, while approaching the quality and evaluation questions. The main goal is to highlight how important observation is in nursery teacher's pedagogical practice. The methodology used was based on scientific research on quality indicators and evaluation, and the analysis of three grids from an institution, which resulted in the final grid, presented in this study. The grid is divided into the Content Areas, encompassed in *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar* (OCEPE), Curricular Guidelines for Preschool Education, by *Direção-Geral da Educação*, Portugal's Directorate-General for Education. It can be inferred that observation is a fundamental medium in evaluation in nursery schools, and a written record that is clear, intelligible, systematic and easy to put into practice is essential to this activity.

Keywords: Nursery school; Content areas; Quality; Evaluation.